

Boas notícias na área ambiental

Duas notícias recentes – a nomeação de Hamilton Casara para a presidência do Ibama e a retomada do programa de terceirização de serviços para facilitar o uso dos parques nacionais brasileiros pelo público, como prioridade do Ministério do Meio Ambiente – indicam que a política ambiental do governo brasileiro finalmente está amadurecendo e mudando na direção certa.

Casara é um nativo da Amazônia cuja formação como ambientalista, depois complementada por subsídios acadêmicos nas áreas de agronomia e ecologia, se deu no contato direto com a realidade da vida na floresta e em uma árdua militância nas ações diretas de combate aos madeireiros ilegais, indubitavelmente a maior ameaça à conservação da natureza na Amazônia e em todo o mundo, e não nos gabinetes onde a mistura perigosa de fé e desconhecimento de causa acaba, na maioria das vezes, produzindo apenas leis que nunca conseguimos implementar de fato que, muito frequentemente, por ignorarem as realidades locais, acabam tendo o efeito contrário ao desejado.

Casara vem sendo ameaçado há anos por madeireiros e políticos inescrupulosos, chegando a ter de mudar de ende-

reço, com sua família, por diversas vezes, o que dá uma idéia precisa da eficácia de sua atuação. Sua indicação, portanto, denuncia um esvaziamento das intrigas burocráticas que têm consumido tempo e energia excessivos do Ibama e a concentração das (limitadas) forças do órgão nas ações de campo para deter a destruição ilegal que vem sendo praticada pelos madeireiros.

Quanto à terceirização dos serviços de facilitação de acesso e apoio ao público interessado em visitar os parques nacionais brasileiros, novamente elevado à condição de prioridade do Ministério do Meio Ambiente, é uma medida ainda mais importante por representar uma alteração de rumo de 180 graus, que esperamos perene, da linha equivocada que vinha sendo seguida pela política ambiental brasileira. Até aqui, ONGs e governos encaravam a delimitação de parques e reservas ambientais como um esforço com o objetivo precípua de proibir a freqüentação humana nessas áreas. E isto explica por que, mesmo dotados de uma biodiversidade ímpar e de um sistema de parques nacionais que, se pudesse ser usufruído pela população, seria o mais expressivo do planeta, o Brasil é menos procurado que a Costa Rica para esta forma

de turismo e continua às voltas com a falta de oportunidades para arrecadar dinheiro para financiar a conservação da natureza e para oferecer à população oportunidades reais de educação e conscientização ambiental, que só podem ser conseguidas no contato direto com a natureza.

O estabelecimento de estruturas e serviços de acesso aos parques é uma forma perfeitamente aceitável de uso e valorização dessas áreas. Mais do que isso, é condição essencial para garantir sua existência e sua valorização pela sociedade. A terceirização desses serviços – construção de estradas de acesso, abertura e manutenção de trilhas, operação de passeios, serviços de alimentação, alojamento, transporte interno, aluguel de equipamentos para a prática dos chamados esportes de aventura, venda de souvenirs, etc. – não tem nada a ver com a “privatização” dos parques nacionais, como afirmam certas ONGs que já têm feito correr abaixo-assinados contra a medida, nem exime o governo de fiscalizar e proteger sua integridade. É uma prática administrativa adotada com indis-

cutível sucesso em todo o mundo, da Argentina aos Estados Unidos, passando por Cuba, que garante ao mesmo tempo três benefícios essenciais: o acesso democrático de toda a população a um bem público, dinheiro para a preservação e o fomento à boa educação ambiental e ao ecoturismo.

Mais que isso, tende a transformar em aliados da conservação os moradores do entorno dos parques, que hoje vêm essas áreas de acesso proibido como obstáculos (a serem derrubados) à melhoria de suas condições de vida. Transformar esses parques em pólos de desenvolvimento regional capazes de empregar essas populações nessas atividades, todas dependentes do bom estado de conservação dos parques, como quer o Ministério do Meio Ambiente, é criar um enorme contingente de fiscais muito menos vulneráveis à corrupção que os que existem atualmente, para coibir a ação dos predadores clandestinos que têm usado e abusado de nossos parques fechados de hoje, principalmente em função da garantia de que não haverá testemunhas.

É preciso que a população se alie à preservação dos parques nacionais

Class.	Fonte	OESP	Documentação
	Data		
	603		